

No bicentenário do grito que libertou o Brasil, série especial do EM refaz as trilhas da história para revelar laços que unem os ideais de liberdade da Inconfidência em Minas ao brado de Dom Pedro I, em São Paulo

O caudaloso curso da história do Brasil tem muitos nascentes em Minas, e no terreno fértil que se alonga entre as montanhas, foram plantadas sementes de novos ideais, colhidos frutos da esperança e abertos caminhos para a liberdade.

Na semana em que se comemoram os 200 anos da Independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro de 1822, homens e mulheres desta terra podem se orgulhar da trajetória daqueles considerados heróis da pátria, a exemplo de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), expoente da Inconfidência ou Conjuração Mineira (1788-1789).

Mas, se a liberdade era a meta comum, qual a relação entre o movimento que eclodiu nas Gerais mais de três décadas antes e o Grito do Ipiranga, em São Paulo, proclamado por Dom Pedro I (1798-1834)? E como a notícia da separação do Brasil de Portugal chegou aqui? Com a palavra, especialistas; e, na história, documentos que registram fatos e ajudam a responder a essas e outras questões.

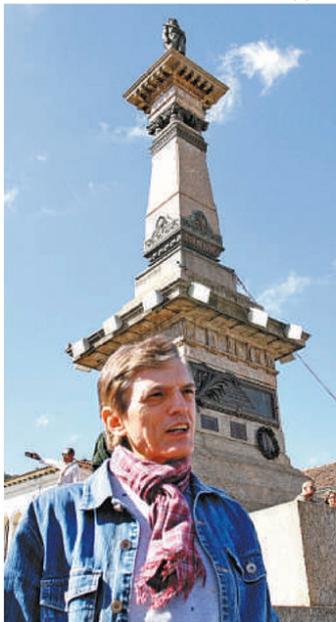
DE VILA RICA AO IPIRANGA

GUSTAVO WERNECK
Ouro Preto – A resposta para a primeira pergunta que abre esta série de matérias do Estado de Minas sobre o bicentenário da Independência do Brasil e suas relações com os ideais de liberdade que surgiram em Minas não é simples e exige reflexão. Antes de tudo, “é preciso analisar o século 18, quando havia um clima de tensão permanente e de violência na região das minas”, diz o professor Francisco Eduardo de Andrade, coordenador do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Desde a descoberta do ouro, no início do século 18, e dos diamantes, a partir da década de 1720, a Coroa portuguesa impunha a cobrança dos impostos sobre as riquezas, “o que gradativamente, conforme percepções de aumento da carga de tributos ou de imposições, era, com frequência, considerado um abuso e uma injustiça pela população, em especial os donos das lavras”, explica.

Mas pouco adiantava esperar e, como sempre ocorre, a corda arrebentou do lado mais fraco – nesse caso, a mão pesada do rei sobre um homem da colônia. “Em 1720, Portugal já havia enfocado o tropeiro Felipe dos Santos, no episódio conhecido como Revolta ou Sedição de Vila Rica”, destaca o professor Francisco Eduardo. Felipe dos Santos, líder do levante, se revoltou contra a criação das casas de fundição pelo rei português que também proibiu a circulação de ouro em pó e contra o monopólio do comércio dos principais gêneros por reinóis (lusitanos). Além de ir para a forca, o líder rebelde teve o corpo esquartejado.

PERTENCIMENTO Em uma terra em que havia uma “conflictualidade endêmica”, conforme resalta o professor da Ufop, a tensão social crescente preocupava a Coroa, enquanto explodiam motins, revoltas de escravizados e outros atos de rebeldia diante da carestia, dos preços altos de gêneros alimentícios e da alta tributação. “Tudo isso é um fermento que vai chegando a um limite e gerando conflitos, inclusive entre as autoridades régias e os ‘potentados do sertão’ das fronteiras do território mineiro, nas primeiras décadas do século do ouro, então insatisfeitos por ter os interesses econômicos e po-



EDSON FERREIRA/IM/D.A PRESS

líticos feridos.”

“Com o passar do tempo”, conta o professor Francisco Eduardo, “há um despertar nos brasileiros, como então se podem chamar os naturais do Brasil, muitos considerados mestiços, para o pertencimento à terra, ao território americano”. Essa população começou a sentir as injustiças e as diferenças entre eles, os colonos, e os reinóis, os portugueses. “A consciência e o descontentamento aumentam cada vez mais. Claro, no entanto, que as identidades são muito fluidas e se constituem na conflitualidade social experimentada pelos moradores”, acrescenta.

No período que antecede a Conjuração Mineira, a população das minas ainda não tinha ideia do que era uma nação, de um território único como se conhece hoje. Nem pensava em separação de Portugal. “Era tudo muito desconhecido. Costumavam, nos motins ou revoltas, exaltar o soberano português (Viva o rei!) e criticar duramente o governador e

“A gênese de todo o processo está na mutabilidade, na instabilidade que se verificava aqui. Esse é o cenário que levou à Inconfidência Mineira e plantou as sementes da Independência do Brasil”

FRANCISCO EDUARDO DE ANDRADE, professor e coordenador do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Ouro Preto

as autoridades régias das Minas Gerais.”

“A gênese de todo o processo está na mutabilidade, na instabilidade que se verificava aqui. Esse é o cenário que levou à Inconfidência Mineira e plantou as sementes da Independência do Brasil”, analisa o professor.

CRISE Também da Ufop, a professora de história Andréa Lisly Gonçalves joga mais luz sobre os antecedentes da Independência do Brasil: “A Conjuração ou Inconfidência Mineira (1788-1789) já era um sintoma da crise no sistema colonial, assim como as conjurações baiana, em 1798, e do Rio de Janeiro, em 1794, e outras que ocorrem em toda a América portuguesa. Esses movimentos tinham características bem diferentes dos anteriores, que eram bem pontuais e não iam contra o rei. Já nesses casos, a revolta era contra o sistema, contra o rei de Portugal.”

Exatamente para pôr fim a tal ebulição que a família real portuguesa teria vindo para cá, em 1808 – uma interpretação defendida por muitos historiadores e ainda desconhecida da maioria dos brasileiros. “O Brasil era o território mais importante de todo o império português. Então, mais do que fugir das tropas do imperador francês Napoleão Bonaparte (1769-1821) que chegavam a Portugal, o objetivo do príncipe regente Dom João VI era abafar os conflitos no Brasil”, afirma. Com efeito, a chegada da corte conseguiu reduzir o nível de tensão. “Mas, sem dúvida, movimentos como a Inconfidência prepararam uma geração de brasileiros para a Independência do Brasil”, avalia a especialista.

Frisando que entre o fim do século 18 e início do 19 ainda não havia uma ideia formada de Brasil como unidade, Andréa afirma que mesmo o 7 de Setembro não teve um efeito imediato sobre a colônia recém-declarada independente. “No início, a nova realidade foi mais assimilada em São Paulo e no Rio de Janeiro, depois em Minas e no Sul do país, custando a se propagar por outras regiões. Havia também uma desconfiança sobre as reais intenções de Dom Pedro I – se seria um monarca absolutista ou seguindo uma Constituição”, destaca Andréa Lisly Gonçalves. A história mostraria que ele governaria sob influência de uma Constituição.



FOTOS: GADISON RODRIGUES/IM/D.A PRESS



Placa no antigo Palácio dos Governadores, hoje prédio da Escola de Minas, marca o pronunciamento de Dom Pedro I

EM MINAS, O PRIMEIRO AVISO

Antiga Vila Rica e ex- capital de Minas, Ouro Preto inspira poetas, exala cultura, atrai pesquisadores e se mantém como um museu vivo, tal a grandeza de sua história e riqueza das memórias abrigadas em vias públicas e edificações particulares ou não. No bicentenário da Independência do Brasil, a primeira cidade brasileira a se tornar patrimônio mundial (1980) também tem entre seus marcos o fato de guardar na memória o pioneiro “brado retumbante” de Dom Pedro I. Por isso, que o visitante não se surpreenda ao enxergar, na Praça Tiradentes, no Centro Histórico, um “mensageiro da realidade” – trata-se, na verdade, do ator de mimica Danilo Pedrosa, trazendo de volta outros tempos.

Uma volta ao 9 de abril de 1822, quando, cinco meses antes de gritar “Independência ou morte!” às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo (SP), o então príncipe regente do Reino Unido do Brasil anunciava em Minas Gerais, ao povo de Vila Rica, “que os laços do despotismo não prevaleceriam sobre os anseios de liberdade e independência”.

No sacada do antigo Palácio dos Governadores, construção de meados do século 18, Dom Pedro I fez seu discurso à população de Vila Rica. Nesse prédio, hoje ocupado pelo Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, há um busto em bronze do príncipe – peça que fez parte das comemorações dos 150 anos da Independência, o sesqui-centenário, em 1972.

“Naquela viagem a Minas, Dom Pedro I permaneceu durante muito tempo e visitou vários lugares. A vinda dele funcionou como um termômetro. Queria sentir o ‘calor’ da população em Vila Rica, São João del-Rei e outros núcleos, pois estava descontente com a corte portuguesa, que o queria de volta a Lisboa”, explica o professor de história Alex Bohrer, do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), autor de livros sobre a história colonial.

No célebre 9 de abril de 1822, destaca Bohrer, “o príncipe regente firmou um compromisso constitucional, mostrando que queria governar com a Constituição, com os deputados eleitos”, e afirmando que o governo de Portugal era despótico, uma característica dos soberanos absolutistas. “Portanto, a viagem a Minas foi para sentir os ânimos e fazer um pronunciamento antidespótico, para se mostrar um possível monarca das luzes, sem a opressão do passado português.”

Documentos reunidos em Ouro Preto revelam como o Grito do Ipiranga foi comunicado às autoridades de Minas e detalhes da coroação de Dom Pedro

TESTEMUNHOS DA HISTÓRIA



Helene Afonso de Oliveira, formada em história pela Ufop e funcionária do Arquivo Histórico do Município de Ouro Preto, mostra peças do acervo que testemunham passagens decisivas da história brasileira

GUSTAVO WERNECK

Ouro Preto – A Casa de Gonzaga, sobrado localizado diante da Igreja São Francisco de Assis, jóia barroca do Centro Histórico de Vila Rica, ex-capital de Minas, guarda um acervo fundamental para maior entendimento do bicentário da Independência e de como os mineiros souberam da separação do Brasil de Portugal. Reunindo milhares de documentos – datados desde meados do século 18 à atualidade –, o Arquivo Histórico do Município de Ouro Preto, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, tem movimento crescente de interessados em pesquisas e consultas, diz a servidora Helene Afonso de Oliveira, que destaca a importância do acervo documental para a história e a vida das pessoas.

Entre as obras à disposição para pesquisa na Casa de Gonzaga estão cinco volumes encadernados contendo fac-símiles de documentos referentes à Independência e à aclamação e coroação de Dom Pedro I como imperador do Brasil, nos meses seguintes ao “brado retumbante” de 7 de setembro de 1822. O conjunto de manuscritos foi enviado a Ouro Preto em 1922, pela Câmara do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, durante as celebrações do centenário da Independência. “Pelos documentos que temos, pode-se ver que houve muito mais festa do que hoje”, conta Helene, formada em história pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

Em tempos de grandes dificuldades de comunicação no início do século 19, é comum aos leigos ficar imaginando como os brasileiros souberam do Grito do Ipiranga, ocorrido em São Paulo. A resposta, pelo menos para Minas Gerais, está em ofício datado de 19 de outubro de 1822 e enviado pela Câmara da então Vila Rica (atual Ouro Preto) à Câmara do Rio de Janeiro. Nele, a presidência da Casa mineira acusa o recebimento da correspondência enviada em 17 de setembro de 1822 sobre a separação do Brasil de Portugal.

CÂMARAS Na verdade, comunicado sobre a Independência do Brasil foi en-

viado às 16 câmaras que então existiam em Minas. Estão lá (na grafia antiga): Vila Rica (hoje Ouro Preto); Vila do Príncipe (Serro); Barbacena; Queluz (Conselheiro Lafaiete); São José d’El Rey (Tiradentes); Vila Nova da Rainha (Caeté); São João d’El Rey; São Carlos de Jacuhy (Jacu); Santa Maria de Baependi (Baependi); Campanha da Princesa (Campanha); Pitangui (Pitangui); São Bento do Tamanduá (Itapecerica); Mariana (Mariana, então a única cidade); Vila Real do Sabará (Sabará); Bom Sucesso das Minas Novas (Minas Novas) e Paracati do Príncipe (Paracatu).

No caso de Ouro Preto, o documento original enviado às câmaras de Minas, vindo do Rio de Janeiro, foi transferido em 1901 para Belo Horizonte, quatro anos depois da mudança da capital de Minas. Segundo informações do Arquivo Histórico do Município de Ouro Preto, o manuscrito faz parte do acervo reunido por José Pedro Xavier da Veiga quando da criação do Arqui-

vo Público Mineiro (APM) em Ouro Preto, em 1895 (hoje em funcionamento na Avenida João Pinheiro, no Circuito Liberdade, em BH).

“Ao tomar conhecimento da novidade, as câmaras se mobilizaram. Um exemplo foi na Vila Nova da Rainha, hoje Caeté, onde houve sessão especial na Câmara “congratulado-se com a Independência do Brasil”. O documento da reunião, realizada em 12 de outubro de 1822, contém 889 assinaturas, conforme o manuscrito que se encontra no Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte.

ECOS DA SEPARAÇÃO O fato é que, apesar de o príncipe regente Dom Pedro I ter declarado “Independência ou morte” em 7 de setembro de 1822 (uma data que ainda causa dúvida a muitos historiadores), em termos efetivos as palavras custaram a ecoar Brasil afora. E nem todos aceitavam a separação, conforme explica a pro-

fessora de história Andréa Lisly Gonçalves, da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

“A Independência é um processo que não pode ser simplificado e reduzido ao 7 de Setembro. A adesão de Minas por exemplo, não foi imediata. Havia aqui uma Junta Governativa que se opunha ao Rio de Janeiro, reivindicando maior autonomia. Dom Pedro I precisou ir a Ouro Preto (em abril daquele ano), para pacificar a situação, selando, ao longo da viagem, o apoio das vilas, às vezes com trocas de benesses”, conta a professora.

Para iluminar mais o assunto, Andréa Lisly Gonçalves revela que alguns autores, entre eles Caio Prado Júnior (1907-1990), escreveram que, até 1824 e 1825, algumas localidades no Brasil ainda não sabiam da separação de Portugal. “Em 1933, Caio Prado Júnior registrou que a Independência só se consolida, mesmo, a partir das regências.”

Vale destacar que o Período Regencial ocorreu entre o Primeiro e o Segundo Reinado, indo de 1831 a 1840 e iniciado após o imperador Dom Pedro I abdicar do trono em favor de seu filho, Dom Pedro II (1825-1891). Foi encerrado em 1840 com a coroação do novo imperador do Brasil, então com 15 anos de idade.

MARCANTE Com os olhos sempre atentos ao tempo, ao espaço e à efervescência da época, é possível entender melhor os fatos. Três meses antes de viajar a Minas, príncipe regente vive um dia decisivo na sua trajetória e na história do Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, contrariando as ordens de Lisboa que pede sua volta a Portugal, ele diz ao povo, no Rio de Janeiro, que ficará no Brasil, no episódio que se tornou famoso como o Dia do Fico. Em um tempo em que crescia entre os brasileiros o desejo de independência, a permanência do príncipe regente mostrava que ele estava ao lado do povo.

Nesse clima de ebulição política, tem papel preponderante o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), chamado Patriarca da Independência, que auxilia no governo e na resistência às determinações da metrópole.



“A Independência é um processo que não pode ser simplificado e reduzido ao 7 de Setembro. A adesão de Minas, por exemplo, não foi imediata. Havia aqui uma Junta Governativa que se opunha ao Rio de Janeiro, reivindicando maior autonomia”

ANDRÉA LISLY GONÇALVES, professora de história da Universidade Federal de Ouro Preto

Da Inconfidência à Independência

Amanhã: Os 33 anos que transformaram Tiradentes de infame em herói

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Especial Pagina: 8 e 9